



ESPAÇO PÚBLICO, LAZER E SOCIABILIDADE: DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE CATU-BA

Narla Caroline de Araújo Conceição¹
Luiz Carlos Rocha²

RESUMO

A presente produção científica trata-se de uma investigação interessada em discutir os espaços públicos de lazer, extensão do direito ao esporte e ao lazer, como locais de socialização e identificar como sujeitos da cidade de Catu/BA reconhecem esses espaços e as políticas públicas destinadas aos mesmos. Caracteriza-se como pesquisa qualitativa e inicialmente apresenta as principais categorias do referencial teórico, posteriormente discute e analisa os dados coletados dentro do percurso metodológico e, por fim, sintetiza a temática afirmando a necessidade de ações de esporte e lazer voltadas para os espaços públicos da população catuense.

Palavras-chave: Espaço Público. Lazer. Políticas Públicas. Sociabilidade.

ABSTRACT

This is scientific research is an interest in discussing public open spaces, extending the right to sport and leisure, as places of socialization and to identify as citizens of the city of Catu / BA recognize these spaces and public policies aimed to them. Characterized as qualitative research and initially presents the main categories of theoretical then discusses and analyzes the data collected within the methodological approach and, finally, summarizes the theme stressing the need for action sports and leisure-oriented public spaces in the catuense population.

Keywords: Public Space. Leisure. Public Policies. Sociability.

RESUMEN

Esta es la investigación científica es un interés en la discusión de los espacios públicos, la ampliación del derecho al deporte y al ocio, como lugares de socialización y de identificar como los ciudadanos de la ciudad de Catu / BA reconocer estos espacios y las políticas públicas dirigidas a ellos. Caracterizada como una investigación cualitativa y presenta inicialmente las principales categorías de teóricos entonces discute y analiza los datos recogidos en el enfoque metodológico y, por último, resume el tema haciendo hincapié en la necesidad de deportes de acción y los espacios públicos de ocio, orientada en el catuense población.



Palabras claves: *Espacio Público. Ocio. Las Políticas Públicas. Sociabilidad.*

1 INTRODUÇÃO

O esporte e o lazer são temáticas cada vez mais presentes nas discussões de diversos âmbitos da sociedade, seja nas comunidades acadêmicas ou nos setores das administrações públicas, por perceberem esses fenômenos, como prática social e cultural e que adquirem importância na formação humana e cidadã das pessoas. Discutir o espaço público, reconhecendo-o como lugar de sociabilidade entre os sujeitos, se constitui como principal foco desta pesquisa.

Trata-se, portanto de uma pesquisa sobre os espaços públicos de lazer da cidade de Catu-BA, compreendendo esses espaços como locais de sociabilização entre os sujeitos. Objetivando discutir a relevância desses para a sociedade, identificar os principais espaços de lazer da cidade e destacar as políticas públicas destinadas aos mesmos.

O lazer enquanto fenômeno cultural desenvolvido por todo mundo, encontra definições nos diversos campos teóricos. Muitos autores o retratam como uma prática histórica e cultural, na qual o ser humano se constrói e produz novas culturas ao longo das relações sociais estabelecidas nesses momentos. Outros teóricos atrelam o lazer ao tempo livre ou disponível e defendem que a democratização do lazer requer uma democratização dos espaços públicos e das ofertas de atividades organizadas de lazer na cidade.

Tomando o lazer como direito de todos e dever do Estado, que reúne em torno de si distintas possibilidades culturais, a presente investigação buscou discutir o espaço público como elemento fundamental para a vivência concreta da prática social do lazer, sendo necessário para isso a existência de políticas públicas agregadas as demais secretarias da administração pública, a fim de estruturar espaços públicos adequados para o lazer como parte integrante da cultura social para o desenvolvimento das relações sociais do ser humano.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER E OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Os debates decorrentes de pesquisa e de fóruns de discussões, que apontam a importância do esporte e lazer, têm favorecido um olhar mais crítico, quando se pensa nas políticas públicas destinadas a esse setor dentro de uma administração pública. Pois, a forma como tem sido tratada a questão do esporte e lazer acaba por restringir suas possibilidades, dificultando assim uma discussão mais abrangente sobre o tema no âmbito nacional, regional e local.

Para tanto vale destacar alguns dos autores de renome nessa discussão sobre o lazer e que subsidiam os debates. Marcelino (2004, p. 31) entende o lazer como “cultura vivenciada, praticada ou fruída no ‘tempo disponível’. [...] A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa”.

Já Mascarenhas (2001, p.92) toma o lazer como prática da liberdade e considera que o contexto em que o lazer emerge ocupa um lugar na sociedade e o constitui como:



Um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre o capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia.

Ao lado dos estudos do lazer emerge os discursos sobre os direitos sociais e o lazer como direito constitucional devendo sua prática ser assegurada e estendida pelo Estado de forma a garantir o bem estar social.

Menicucci (2006, p. 138) citando Marshall, define direito social como “o direito de participar por completo da herança social, levando a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões prevaletentes na sociedade em que está inserido”. Diante disso a autora afirma que “os direitos sociais permitem reduzir os excessos de desigualdades geradas pela sociedade de mercado e garantir um mínimo de bem-estar para todos”. Contudo, a efetivação desses direitos demanda uma ação ativa do Estado por meio de políticas públicas. Sendo que, os mesmos apresentam uma capacidade de poderem ser ampliados e redefinidos frequentemente devido às mudanças que ocorrem na sociedade, as quais estão vinculadas aos padrões em evidência.

No contexto em que se discute como efetivar o direito constitucional ao lazer, torna-se necessário destacar o conceito de políticas públicas. Tomando aqui como referência Menicucci (2006, p. 141) que traz uma definição bem sucinta:

Uma política pública diz respeito à ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se àquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados, através de alguns meios. Nessa concepção políticas públicas remetem a um conjunto de decisões e um conjunto de ações para implementar aquelas decisões.

Diante disto, o desafio para as gestões no campo lazer deve contemplar ações públicas que em sintonia com o direito social e uma política pública que garanta o acesso às atividades com qualidade, independentemente da renda ou segmento social dos sujeitos. Como aponta Zingoni (2003), ao caracterizar o percurso histórico das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, relatando que tal postura deve superar a política administrativa pautada no assistencialismo, caracterizada por serem mesquinhas e tradicionais e que consistem em ações desconectadas dos reais anseios das populações.

Nas políticas sociais do município, há necessidade de entender o esporte e o lazer como direitos integrados as demais políticas sociais, sem, contudo, serem subordinados a elas e ancorados nelas para receber atenção do poder público, como aponta Marcellino (2001, p. 11-12) quando fala em políticas de lazer.

Falar de uma política de lazer significa falar não só de uma política de atividade, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em políticas de animação como processo, significa falar em uma redução de jornada de trabalho – sem redução de salário, e portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de transporte urbano etc.; significa, também falar de numa política de reordenação do solo urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno; e finalmente falar numa política de formação de quadros profissionais e voluntários para trabalharem de forma eficiente e atualizada. Resumindo: o lazer tem sua



especificidade, inclusive como políticas públicas, mas não pode ser tratado de forma isolada de outras questões sociais.

Diante desse diagnóstico, a gestão municipal tem sido um espaço de inovações na busca de maior efetividade das ações num contexto de muitas demandas e poucos recursos.

Conceição (2009) partindo de um estudo sobre políticas públicas reconhece que a proposta de intersectorialidade tem sido vistas como uma nova maneira de abordar os problemas sociais, considerando o cidadão em sua totalidade e estabelecendo uma nova lógica para gerir a cidade, o que acaba superando a forma segmentada e desarticulada de como as políticas públicas são abordadas e implementadas em diversos setores.

Menicucci (2006, p.148) vê esse modelo organizacional como uma rede que estabelece “um espaço de poder compartilhado e de articulação de interesses, saberes e práticas de organização, indivíduos e grupos, sendo uma rede centrada na identidade de um projeto”, garantindo assim uma melhor efetivação das ações.

Nesse sentido resgatar a noção de direito ao esporte e ao lazer, na formulação de políticas públicas, vem contrapor a lógica da indústria cultural, que se apropria desses elementos culturais como mercadoria, um entretenimento a ser consumido, reduzindo as possibilidades de acesso ao patrimônio historicamente construído pela humanidade, o que acaba reforçando os valores de uma sociedade de consumo.

Outro foco das políticas públicas de esporte e lazer está na atenção atribuída aos espaços e equipamentos destinados a essas práticas na cidade. Marcelino (2006, p.66) traz uma proposta de Santini, o qual faz uma distinção entre os conceitos de espaço e equipamento que comumente se confundem, onde, “espaço é entendido como suporte para os equipamentos. E os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade”.

O crescimento desorganizado de nossas cidades gerou consequências inevitáveis na ocupação do solo, provocando desníveis, diferenciando-o de forma notável, onde “de um lado se estabelece as áreas centrais, concentradoras de benefícios, e de outro a periferia, verdadeiro depósito de habitações” (MARCELLINO 2006, p. 66-67).

Isso justifica o fato dos equipamentos específicos de lazer e esporte estarem concentrados nas áreas centrais da cidade, pois a maioria dos investimentos que são feitos, esses os são, pela iniciativa privada, que os vêem como uma mercadoria a mais para atrair o consumidor, consequentemente favorecendo àqueles que residem nessas áreas, dificultando-se assim o acesso de quem mora na periferia, os quais dependem de transporte, preços mais acessíveis para usufruir desses equipamentos, sem falar no tempo gasto para o deslocamento até essas áreas centrais.

Isso se dá ao fato de que os equipamentos que são dispostos, de certa forma escassos, para a população periférica são de péssima qualidade, retrato da negligência do poder público para essa questão social.

A falta de espaços públicos urbanizados tem favorecido o crescimento do lazer mercadoria, pois as ruas e a maioria das praças, das grandes cidades, são, geralmente, concebidas como locais de acesso e passagem. Sobre isso Marcellino (2006, p.76) expõe que “o espaço público vem perdendo seu uso multifuncional, deixando de ser um local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de espetáculo”.

A apropriação dos espaços públicos de lazer das cidades pela sociedade perpassa por contradições que vão dar o movimento real da vida urbana cotidiana. Reicha (2001) aborda que com o



desenvolvimento e o crescimento dos grandes centros urbanos, a vida cotidiana assumiu sinônimo de velocidade, dificultando assim os encontros entre as pessoas.

Essas contradições existentes na contemporaneidade interferem nas vivências corporais e sociais de crianças, jovens, adultos e idosos, tecnologias que imobilizam a ação corporal e social estabelecendo um estilo de vida da modernidade. Nesse ponto de vista a autora fala que “o cotidiano da vida moderna pode conduzir as pessoas ao afastamento do contato físico, à fuga do espaço público e ao refúgio na vida privada” (REICHA. 2001, p. 129).

Diante disso questiona-se se é possível manter o equilíbrio entre essas duas esferas, o espaço público e a vida privada? Como viver experiências concretas nos espaços públicos? Uma possível resposta estaria na mediação entre ambos, deixando de compreendê-los apenas como lugares de passagens, passando a considerá-los espaços privilegiados para fluxos de circulação contínua em que se cruzam objetos, pessoas, palavras e idéias.

Novas redes de sociabilidade vem se configurando a partir de interesses comuns, de pessoas que buscam pontos de convergências entre essas duas esferas, tornando oportuna a experiência da sociabilidade e a partir das semelhanças e diferenças.

Para ir contra a perspectiva de espaços públicos como locais de passagem, cujo uso, pela população, tem perdido seu real significado, as políticas públicas de esporte e de lazer devem enfatizá-los de forma a contribuir para o lazer de convivência. Criando novos e revitalizando antigos, proporcionando à população maior disponibilidade de acesso às atividades de lazer e esportivas, garantindo assim, o seu direito constitucional.

Para tanto é importante reconhecer esses espaços públicos como locais de encontro, de trocas de experiências e onde novas relações se constituem, onde os sujeitos se constroem e produzem cultura, estabelecem e consolidam relacionamentos. Em síntese, Rechia (2006, p. 95) entende espaço público como “ambientes que se originam da necessidade de contato, comunicação, organização e troca entre as pessoas”. Verdadeiros locais de sociabilidade.

Complementando, Camargo (2003, p.25) fala que “[...] em todas as atividades de lazer pode existir um forte conteúdo de sociabilidade, expresso no contato com amigos, parentes, colegas de trabalho ou de bairro”. E para que de fato essa sociabilização aconteça é imprescindível a presença dos agentes ou atores sociais e dos espaços suficientes para tal prática social, bem como destacar a importância do lazer para a construção da cultura social e valorizar os espaços públicos a serem destinados à população para as diversas práticas corporais.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta produção caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa objetivando fazer uma discussão em torno dos espaços públicos de lazer, enquanto locais de sociabilização, tendo as políticas públicas como veículo motivador para o usufruto da população de Catu-BA.

A partir de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em foco, o percurso metodológico contou com um mapeamento e observação dos espaços públicos de lazer na cidade de Catu, e paralelamente foi realizado um levantamento sobre as políticas públicas de lazer da referida cidade com o gestor de esporte lazer.



O espaço recortado para a pesquisa foi principalmente a Praça da Aruanha, foi realizada também entrevista semi-estruturada com frequentadores dos espaços públicos de lazer, como mais um instrumento de coleta de dados. Fizeram parte da amostra dez frequentadores dos espaços públicos de Catu.

Para a análise dos dados obtidos nas entrevistas, a técnica utilizada foi a análise do discurso, a qual contribui para dar elementos para a contextualização da fala. Eni Orlandi (1987 *apud* MINAYO, 2008, p. 320) diz que:

A análise do discurso cria um ponto de vista próprio de olhar a linguagem como espaço social de debate e de conflito. Nela, o texto é considerado como unidade significativa, pragmática e portadora de contexto situacional dos falantes.

Para ela, a análise do discurso “concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2007, p. 15).

Posteriormente os dados sistematizados, estarão disponíveis de forma a contribuir para futuras pesquisas e ampliação das discussões sobre o tema visando a construção de uma política pública que resgate a noção de direito ao lazer assegurado aos diversos grupos sociais.

4 OS ESPAÇOS PÚBLICOS E A REALIDADE LOCAL

A cidade de Catu localizada, aproximadamente, a 90 km de Salvador, com 142 anos de história, possui pouco mais de 51.019 habitantes distribuídos nos 439.573 Km². Dispõem de algumas praças públicas distribuídas nos bairros e distritos do município e também de um estádio de futebol, denominado de Antônio Pena. A praça mais utilizada pela população é a praça da Aruanha, apelidada pela comunidade de “Orla de Catu”, na qual há uma significativa concentração de pessoas, principalmente nos finais de semana. Há também a Praça do Coreto, localizada mais ao centro da cidade, mas que comumente é utilizada como local de passagem.

Dialogando com gestor de esporte e lazer da cidade, a fim de colher informações sobre as ações públicas deste setor, o mesmo nos relata que pelo fato da secretaria receber pouco investimento financeiro deixou a desejar no comprimento desse dever legal.

O secretário reconhece o esporte e o lazer como direito e que deveria ser uma prioridade na administração pública. Não esconde a deficiência das ações públicas do município, num contexto de muita demanda e poucos recursos, somado a esse fato, algo que atrapalha a efetivação das políticas públicas e a falta de apoio e as barreiras colocadas pelos adversários políticos.

Nesse diálogo com o secretário ficou fácil perceber as deficiências existentes na gestão, principalmente, pelo pouco tempo que tem administrando o departamento de esporte e lazer. Com base nos poucos recursos, são mínimas as atividades desenvolvidas e geralmente são voltadas para campeonatos locais de futebol. O que acaba privilegiando alguns, e os demais cidadãos ficam a mêcer de ações que deveriam ser integradoras e inclusivas.

Depois do contato com o secretário, fomos dialogar com a população catuense, os frequentadores destes espaços públicos. E com base nas entrevistas realizadas com a população de Catu, os mesmos reconhecem a importância do lazer, mas sem conseguirem descrever porque o lazer assume tal



importância. Pois geralmente as pessoas vivenciam o lazer sem saber que o fazem por associarem as práticas de lazer às práticas sob influência midiática.

Deste modo é imprescindível a ação do poder local para garantir o tempo e espaço a população através da ampliação e consolidação dos espaços públicos de maneira inclusiva e democrática.

Os sujeitos entrevistados reconhecem a importância do espaço público. Concebem esses espaços como um local de encontro, onde há trocas de experiências, produção cultural, divertimento e também descanso, conforme se observa a seguir. *“o espaço público é importante porque é um local onde podemos descansar e curtir a vida”*. Sujeito D (25 anos).

E se tratando da realidade de Catu os sujeitos relatam que a cidade não está estruturada para oferecer espaços públicos adequados a população, bem como uma segurança pública efetiva. Percebe-se nos relatos a carência que a população de Catu tem em relação aos espaços públicos adequados e que atendam as suas necessidades e expectativas ao mesmo tempo em que denunciam a falta de compromisso dos gestores em garantir a população o direito ao lazer.

“o momento de lazer é bastante importante, é um momento pra relaxar, refletir e sair um pouco do ritmo do cotidiano. Mas nossa cidade não oferece prazeres. Vamos sair pra onde, se aqui não tem nada? Não tem uma praça para irmos aos domingos, nenhum evento, parques, e o pior a segurança é precária. E a segurança é muito importante”. Sujeito G (69 anos)

Diante desses relatos e desabafos da população fica evidente a importância e o significado que eles atribuem ao momento de lazer e aos espaços públicos. Intensificar o diálogo com a comunidade catuense seria o primeiro ponto de partida dos gestores públicos na tentativa de mudar esse quadro negativo quanto à garantia e a efetivação do direito ao lazer da população, cumprindo assim com o seu dever, como defende LEIRO (2001) que vê o espaço do lazer como um campo de síntese dos interesses culturais e reconhece que a existência de uma boa tensão envolvendo o cidadão e os poderes públicos contribui para uma vida social mais cidadã.

Reconhecer a importância interativa do planejamento participativo ou ações comunitárias na elaboração da política pública de lazer se faz necessário pra assegurar uma ação compartilhada Estado-sociedade para que as iniciativas promovam o encontro de sujeitos, uma política pública para todos, considerando o cidadão, que passa por um processo de mutação e transformação contínua e sua relação com o espaço/tempo de lazer, que ultrapassa apenas a visualização do mesmo, mas nas vivências concretas que se realizam no interior deste espaço público rico em diversidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois do estudo sobre tema em foco e dos dados levantados e discutidos ficou evidente que os cidadãos de Catu percebem a importância dos espaços públicos para cidade, e que deveriam ter uma atenção e uma ação mais efetiva dos gestores de forma garantir a qualidade desses como direito legal ao esporte e lazer.

Cabe ao poder público reorientar seu planejamento estratégico de modo a ser capaz de entender concretamente a importância do esporte e lazer como direito e fenômeno cultural intergeracional,



compreendendo o espaço público destinados a esses como um local que oferece uma gama de possibilidades de vivências no interior deles. Suprindo uma das necessidades e carências da população por espaços que lhes sejam atribuídos sentidos e significados, onde as relações sociais estabelecidas possibilitem novos aprendizados, e compartilhamento de experiências.

Essa temática adquire importância por propiciar, a partir da realidade local, elementos que viabilizem um novo olhar sobre o espaço público reavaliando as formas em que tem sido concebido, passando a valorizar a comunidade e a identidade local na construção desses espaços públicos de lazer.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CONCEIÇÃO, N. C. A. **Direito ao esporte e lazer e representações sociais dos jovens de Alagoinhas** 55 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação- Campus II, 2009.

LEIRO, A. C. R. **Lazer e educação nos parques públicos de Salvador**: encontro de sujeitos em espaços de cidadania. Dissertação (Mestrado) FAGED/UFBA Programa de Pós-graduação em Educação. 2001

MARCELLINO, N. C. (org). Políticas de lazer. Os mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2004.

MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, H. F. **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006.

MASCARENHAS, F. Lazer e trabalho: liberdade ainda tardia. In: **Seminário “O Lazer em Debate”**. Belo Horizonte. Coletânea. Belo Horizonte: Imprensa Universitária/CELAR/DEF/UFMG, 2001.

MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticas. In: ISAYAMA, H. F. **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2006.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

RECHIA, S. O pulsar da vida urbana: espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. In: CARVALHO, J. E. (org). **Lazer no espaço urbano**: transversalidade e novas tecnologias. Curitiba. Champagnat, 2006.



RECHIA, S. Espaço Urbano: do controle à liberdade. In: BRUHNS, H.T.;GUTIERREZ, G. L. (Orgs) **Representações do lúdico**. Campinas: Editora Autores Associados, 2001. V1.

ZINGONI, P. Descentralização e participação em gestões municipais de esporte e lazer. In: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. (org). **Lazer, recreação e educação física**. Belo Horizonte. Autêntica, 2003.

Rua são José, lote 12, quadra 15. Jardim Petrolar – Alagoinhas / CEP: 48031-050

Email: narlacaroline@gmail.com

Recurso tecnológico a ser utilizado: datashow

Esp. Narla Caroline de Araújo Conceição¹

Orientador: Prof. Ms. Luiz Carlos Rocha²

¹ Licenciada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (2005/2009). Especialização em Metodologia da Educação Física e do Esporte (2010).

² Prof. Doutorando Luiz Rocha - Líder do GEPEFEL - CNPq/UNEB Coordenador da Pós - Metodologia em Educação Física e Esporte - MEFE - UNEB Coordenador do Curso de Educação Física da Plataforma Freire - Alagoinhas - UNEB